

## Senado: um "clube" fechado que perdeu no episódio.

estrito a 69 pessoas, todas maiores de 35 anos, o Senado Federal é uma espécie de clube fechado, onde prevalece o chamado **esprit de corps** nas horas mais dramáticas, fazendo submergir, circunstancialmente, divergências políticas e partidárias. Isso

mais uma vez ficou evidente na votação da Constituinte, quando houve um princípio de rebeldia pela eventual exclusão de 23 senadores do trabalho que marcará 1987 e pela cumplicidade que levou alguém do "clube" votar em nome de Saldanha Derzi (PMDB-MS), que havia viajado.

Na Constituinte, os senadores perderam, e feio, para a Câmara dos Deputados. A história começou quando o vice-líder do PDS na Câmara, Bonifácio de Andrada, durante a votação em primeiro turno da Constituinte, pediu a retirada de duas expressões de um dispositivo da mensagem que, na prática, proporcionarão uma Constituinte exclusiva e sem tempo definido para concluir o trabalho.

Num primeiro momento, não houve a percepção das conseqüências, mas o experiente senador Marcondes Gadelha (PB), que após várias experiências partidárias acabou no PFL e tem mandato até 1990, entendeu que a volta das expressões ao texto original dependeria apenas da vontade de um terço dos membros do Congresso, embora fosse matéria constitucional, que exige aprovação por **quorum** qualificado. Era de madrugada e Gadelha presidia os trabalhos.

Surgiu a polêmica: as expressões retiradas do texto poderiam retornar com um ou dois terços dos votos? Então, o deputado João Gilberto (PMDB-RS) resolveu que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, mediante parecer, seria o fóro indicado para dirimir a questão. Na quarta-feira desta semana, depois de três horas e meia de tumultuadíssima reunião, a Comissão, por unanimidade, entendeu pela necessidade de dois terços.

Foi a gota d'água. O Senado ficou indignado e ameaçou colocar em risco o sucesso da Constituinte. Isso porque, fortalecida a idéia da Constituinte exclusiva, com a exclusão da expressão que previa claramente que senadores e deputados continuariam tendo suas funções constitucionais asseguradas durante o trabalho constituinte, voltou uma velha questão: os senadores com mandato até 1990, isto é, sem delegação constituinte expressa, poderiam ficar de fora. E o "clube" se uniu.

Por isso mesmo, depois que a Câmara, na tarde de anteontem, ratificou em plenário o parecer da comissão, faltaram senadores para apreciar a matéria. A sessão foi suspensa e, duas horas e 35 minutos depois, sob dúvidas e vários entendimentos, os trabalhos recomeçaram e os senadores perderam. Novamente se uniram: não queriam ser responsáveis pelo insucesso da Constituinte.

No intervalo entre as duas sessões, os senadores se reuniram várias vezes. Aloysio Chaves (PDS-PA) contou que, ao fazerem um balanço, alguns pedessistas previram um empate, que acabou ocorrendo de fato, motivando o voto de minerva do presidente do Congresso, José Fragelli. Disse mais: que o PDS achou melhor que, se a vitória se mostrasse inviável no decorrer da votação, ninguém se retiraria para não arcar com o ônus político de impedir a Constituinte. Finalmente, confessou que três votos favoráveis ao parecer causaram surpresa: os de Eunice Michiles (PFL-AM), Martins Filho (PMDB-RN) e João Lobo (PFL-PI).

O senador Marcondes Gadelha afirmou que foram computados 29 votos contra o parecer, durante uma reunião, que acabaram reduzidos a 28 pelo comportamento da senadora Michiles.

Já o senador José Lins (PFL-CE) disse que o PFL resolveu dar quórum para a votação, mas não tentou fechar questão contra o parecer da Comissão.

Dois combativos senadores do PMDB, Itamar Franco, de Minas Gerais, e Fábio Lucena, do Amazonas, não apenas votaram contra, como trataram de liderar um trabalho de convencimento, dos colegas, com auxílio de alguns pedessistas.